



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ATA DA 99ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
REALIZADA EM AMBIENTE VIRTUAL EM 07 DE ABRIL DE 2021.**

No dia 07 de abril de 2021 foi realizada a 99ª reunião do Conselho de Transparência da Administração Pública em ambiente virtual face aos protocolos de proteção contra pandemia das 10h00min às 12h30min.

O Dr. Antônio Carlos Santa Izabel, Ouvidor Geral do Estado, procedeu a abertura da reunião, cumprimentou a todos e deu início a apresentação dos itens da pauta inicial proposta.

Fez a apresentação da Dra. Clarice Albano, designada para integrar o Conselho com um breve relato do curriculum, expondo que a mesma é professora titular de cargo, disciplina de história, na rede estadual de ensino, Secretaria da Educação, com longa atuação na Administração Pública do Estado de São Paulo.

Informou que a mesma foi indicada para presidir o Conselho, nos termos do artigo 15, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 61.175/2015. Deu as boas-vindas e se colocou inteiramente à disposição para o que for necessário.

Com a palavra Dra. Clarice agradeceu o convite, ressaltando tratar-se da necessidade de recomposição do Conselho, em decorrência da exoneração da Dra. Eunice de Jesus Prudente, Excelentíssima Senhora Secretária do Município de São Paulo a quem prestou as homenagens, extensivas aos senhores conselheiros representantes do Poder Executivo, das Entidades não governamentais, convidados e da equipe da Ouvidoria Geral do Estado. Expressou sua disposição em colaborar com o Conselho e com a OGE no que se fizer necessário.

Os conselheiros deram boas-vindas, se colocaram à disposição para o bom andamento dos trabalhos.

Em continuidade, o ouvidor geral Dr. Antônio Carlos informou sobre a instalação da Secretaria Executiva do Conselho de Transparência pela Portaria 3, de 15.03.21, composta pelos integrantes da OGE: Helena Pchevuzinske, Tereza Cristina, Ana Lúcia Moreira, sob coordenação de Clarice Albano, com a finalidade de dar suporte e colaborar com os trabalhos do Conselho.

Em seguida foram retomadas as informações sobre o Projeto de Lei nº 106, de 2021, que institui a Política de Dados Abertos do Estado de São Paulo, restando esclarecido que o PL vetado pelo Governador tratava do reconhecimento de imagem no METRO e CPTM. A conselheira Maria Eduarda discorreu sobre a necessidade de atuação do Conselho nos projetos sobre o tema, que tramitam na ALESP e sugeriu que se fizesse um mapeamento dos projetos em tramitação com a ajuda do Assessor Parlamentar Flavio Miranda Molinari, representante



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**  
**CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

do Deputado Sérgio Vitor, integrante do Conselho, para que se possa ter atuação e análise do Conselho, nos projetos similares antes de entrarem na pauta para votação em Plenário.

Com a palavra o Assessor Flavio que informou que o Projeto de Lei nº 106, de 2021, tramita na Comissão de Constituição e Justiça e deverá passar pelas Comissões de Administração Pública e Finanças e Orçamento. Informou que em razão da pandemia a ALESP atua em plenário virtual com projetos mais urgentes tendo adotado ritos abreviados. Além disso, com a eleição do novo Presidente haverá uma nova composição das comissões. Discorreu sobre procedimentos necessários para que os projetos entrem em pauta e regime de urgência, sendo que para aprovação é preciso o convencimento político sobre a matéria. Pelo Conselho podem-se fazer eventos online, ou promover encontros com órgãos de Estado angariando apoios externos, falando com a sociedade para a construção do estofo político necessário. O conselheiro Manoel Galdino agradeceu endossou a proposta da Conselheira Maria Eduarda para esse monitoramento e solicitou que o Conselho fosse informado se houver possibilidade de veto.

A conselheira Maria Inês trouxe informações sobre o Projeto de Lei que extingue as Ouvidorias da Polícia, relatou a participação da Associação Brasileira de Ouvidores sobre a matéria e solicitou ao Dr. Flávio informações sobre o projeto que é de interesse das redes de Ouvidoria de São Paulo e do Brasil. Com a palavra o conselheiro Manoel Galdino discorreu acerca da falta de transparência ou omissão pelos municípios dos dados referentes ao calendário de vacinação, dados referentes, a raça, categorias a que pertencem os pacientes, grupos prioritizados e outros dados, que não estão sendo coletados. Como o Estado reúne esses dados, faltam informações sobre quais municípios não estão coletando as informações, e que se faça uma política para que estes colem necessária uma recomendação para que possam dar transparência, incluindo os dados dos profissionais da educação que também estão sem transparência.

A técnica Helena fez uma sugestão para a recomendação, informando que no site “Vacina Já” são cadastrados dados como CPF e outros e que as recomendações feitas pelo conselheiro Galdino fossem incluídas no cadastramento do “Vacina Já”. Poder-se-ia fazer o cruzamento de dados com outros bancos, para obter dados como raça, categoria profissional e cargos das pessoas para efetuar o monitoramento de quem está sendo imunizado, conforme demanda da sociedade civil. A conselheira Maria Eduarda manifesta seu apoio a proposta do conselheiro Galdino e pergunta como fazer e encaminhar a recomendação. O ouvidor geral pergunta como elaborar e o conselheiro Galdino se propõem a elaborar um documento e repassar aos conselheiros. Após deverá ser encaminhado para aprovação do Conselho e posterior encaminhamento a quem de direito.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO  
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Assuntos Gerais:**

O conselheiro Vagner retoma o assunto sobre o Projeto de Lei nº 106, Dados abertos, menciona os relatórios elaborados pela técnica Helena a quem parabeniza pelo trabalho, e que demonstram que desde 2016 ocorre uma queda significativa ao acesso aos dados do Governo, indica que o Conselho deveria se manifestar com relação da atualização dos dados pelas secretarias e para que o Estado retome suas ações para estimular e atualizar os dados a serem disponibilizados.

Com a palavra o Sr. ouvidor geral retomou as decisões da 98ª Reunião do Conselho e informou ter sido levado ao conhecimento Subsecretária de Informação ao Cidadão o trabalho produzido pelo Conselho sobre a LGPD e entregou uma cópia do trabalho. Que foi levado ao chefe de gabinete Dr. Amauri as decisões tomadas pelo Conselho, inclusive o acesso da íntegra da reunião. Que será providenciado a oficialização aos órgãos inclusive com a inclusão da Subsecretaria de Projetos, para indicação dos membros do Conselho de Transparência pelo mandado de dois anos.

Concluídas as discussões dos temas pautados, foi franqueada a palavra aos presentes e encerrada a sessão.

**Conselheiros presentes:**

Antônio Carlos Santa Izabel	Secretaria de Governo – Ouvidor Geral do Estado
Clarice Albano	Secretaria de Governo
Cristiane Vieira Batista de Nazaré	Procuradoria Geral do Estado
Florêncio Santos Penteado Sobrinho	Secretaria da Fazenda
Ieda Pimenta Bernardes	Secretaria de Governo
Luciano Caparroz Pereira dos Santos	Ordem dos Advogados do Brasil
Luiz Correia Lima	Tribunal de Justiça - Estado de São Paulo
Manoel Galdino	Transparência Brasil
Maria Eduarda Ribeiro Cintra	Defensoria Pública - Estado de São Paulo
Maria Inês Fornazaro	Associação Brasileira de Ouvidores
Meire Marin Hernandes	Casa Civil
Telma Dejanira Maciel	Secretaria da Justiça e Cidadania
Vagner Diniz	W3C